

## Michel Foucault e Jacques Léonard sobre *Vigiar e Punir*: os embates entre a história e a filosofia

Priscila Piazzentini Vieira

priscilav@gmail.com

Departamento de História, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, Brasil

**Resumo:** Este artigo destaca os diálogos entre os historiadores e a obra *Vigiar e Punir* de Michel Foucault, em especial por meio do texto de Jacques Léonard e pelas repercussões circunscritas àquele período. Esse retorno aos debates da década de 1970, sem praticamente recorrer às novas publicações dos anos 1990, que transformaram a leitura de muitos sobre o autor, mas não necessariamente da maioria dos historiadores, presta atenção no impacto das divisões e dos embates entre a história e a filosofia. Mas, por outro lado, ressalta também como a leitura de *Vigiar e Punir* e de Foucault impactaram positivamente no campo historiográfico do período, atentando para as suas contribuições, principalmente em torno das noções de: história genealógica, lutas, corpo, sujeito, real, experiência, relações de força e liberdade.

**Palavras-chave:** Foucault; *Vigiar e Punir*; Léonard; história; filosofia.

### *Michel Foucault and Jacques Léonard about Discipline and Punish: the struggles between history and philosophy*

**Abstract:** This article highlights the dialogues between the historians and *Discipline and Punish*, Michel Foucault's work, in particular by means of the Jacques Léonard's text and by the repercussion of that period. This return to the 1970's debates, without practically use the new materials to the 1990's, which transformed the lecture of many people about the author, but not necessarily among the majority of historians, pay attention to the impact of the divisions and the fights between history and philosophy. But, on the other hand, also emphasizes how *Discipline and Punish's* and Foucault's lectures positively impacted in the field historiographic from the period, look after for their contributions, especially around the notions: genealogical history, struggles, body, subject, real, experience, relations of powers and freedom.

**Keywords:** Foucault; *Discipline and Punish*; Léonard; history; philosophy.

Publicado em 1975, *Vigiar e Punir* (FOUCAULT, 2005a) suscitou muitos comentários entre os historiadores. Um exemplo importante dessa repercussão foi o texto escrito por Jacques Léonard (1980): “O historiador e o filósofo”, em que o autor critica veementemente Foucault por, primeiramente, abordar vários séculos em uma só obra. Segundo ele, um historiador profissional não poderia fazer tal economia de verificações sociológicas e cronológicas (FOUCAULT, 2005a, p. 11), especialmente em relação às histórias da justiça e das prisões, ou da medicina e dos hospitais. Além disso, Foucault não teria dado a atenção devida a esses campos. Para exemplificar esse quadro, ele mostra como o período revolucionário francês está apagado no livro, impedindo até mesmo a compreensão de um dos grandes problemas abordados: como foi possível a prisão se impor diante das penas tão particulares e vastas defendidas pelos reformadores

Recebido em 30 de outubro de 2016. Aceito em 05 de fevereiro de 2017.



penais? Para Léonard, o filósofo teria dedicado poucas páginas ao século XIX, como também não teria respeitado as diversidades que caracterizaram cada regime político da França. O mesmo ocorreria com as divisões entre os presos, pois ele não os diferencia pelas categorias de militantes políticos, operários, militares insubordinados, prostitutas e condenados do direito comum.

Esses supostos “erros” de Foucault colocariam um problema à sua análise: “M. Foucault exagera a racionalização e a normalização da sociedade francesa na primeira metade do século XIX” (LÉONARD, 1980). Ou seja, ele minimizaria a resistência. Ora, essa crítica também será feita por diversos estudiosos e, dentre estes, escolho dois nomes consagrados: Edward P. Thompson (1981) e Michel de Certeau (1996). Apesar de suas observações incorporarem noções de história muito diversas, no geral, as críticas a Foucault parecem confluir.

Na busca de renovação do marxismo, o texto de Thompson, *A miséria da teoria*<sup>1</sup>, apresenta uma ampla crítica a Althusser. Ele foi escrito em 1978, muito próximo ao ano de publicação de *Vigiar e Punir*. A referência a Foucault é geral e não se refere à sua obra mais lida pelos historiadores, mas ao impacto causado pelo livro *As palavras e as coisas* (FOUCAULT, 2000). Ela aparece nos seguintes termos, em uma nota de rodapé, ao reiterar sua oposição àquele:

O argumento pouco mais é do que um aceno para a tradição francesa de epistemologia e estruturalismo idealista: Bachelard, Cavillès, Canguilhem e Foucault [...] É significativo que o único historiador comentado por Althusser seja Foucault, seu ex-aluno, que em sua obra inicial (dominada pelo conceito de “episteme”) também nos apresenta a história como uma estrutura sem sujeito, e na qual homens e mulheres são obliterados por ideologias. (THOMPSON, 1981, p. 220).

O que percebemos na crítica de Thompson é uma vinculação direta entre Foucault e o estruturalismo francês. Em 1969, Foucault já havia comentado sobre a crítica dos pensadores tradicionais ao estruturalismo. Poderíamos incluir o próprio historiador inglês nessa contestação:

Diante da análise estrutural, um certo número de pensadores tradicionais ficaram aterrorizados [...] eles pressentiam muito bem que o que estava em questão era o próprio estatuto do sujeito. Se fosse verdade que a linguagem ou o inconsciente pudessem ser analisados em termos de estrutura, o que seria então desse famoso sujeito falante, desse homem que é suposto pôr em ação a linguagem, falá-la, transformá-la, fazê-la viver! O que seria desse homem, que é suposto ter um inconsciente, caso ele pudesse tomar consciência desse inconsciente, reassumi-lo e fazer seu destino uma história! (FOUCAULT, 2005b, p. 147).

Esses críticos ainda acreditavam na existência de um sujeito absoluto que faria a história. Esses “antigos seguidores” (FOUCAULT, 2005b, p. 48) entraram em pânico quando os estruturalistas questionaram “o primado do sujeito no próprio domínio da história” (FOUCAULT, 2005b). Por isso, o aparecimento da seguinte posição: “[...] a de que o estruturalismo não leva em conta a liberdade ou a iniciativa individual” (FOUCAULT, 2005b, p. 285). É apoiando-se nessa argumentação, que muitos pensadores, inclusive os historiadores, caracterizam os estruturalistas como anti-históricos e, ao mesmo tempo, produzem a defesa de uma dada história pautada na ação do sujeito. Sobre essa posição teórica, Foucault aponta seus questionamentos: “Ora, a partir do momento em que se deixa de lado a prática humana para considerar apenas a estrutura e as regras de coerção, é evidente que se falha novamente em relação à história” (FOUCAULT, 2005b).

Podemos incluir a crítica que Thompson faz a Foucault nesse movimento teórico tradicional, que defende uma história e um sujeito universais. Além do mais, ele se destaca com um dos grandes nomes da “historiografia da revolução”, de inspiração marxista, muito mais preocupada em privilegiar as ações de resistência e transgressão dos agentes sociais, não poucas vezes elevados à categoria de heróis, do que



em perceber a dinâmica do poder, sempre localizado na classe dominante, nas instituições ou no Estado e percebido como coisa, como critica Foucault. O grande problema é que Thompson identifica Foucault com o estruturalismo, e acaba perdendo as especificidades de suas problematizações.

Sabemos que Foucault foi aluno de Althusser e, juntamente com ele, participou do Partido Comunista Francês, mesmo que de maneira pouco convencional: “[...] cabe notar que a adesão de Michel Foucault ao Partido Comunista nunca foi como a de numerosos colegas seus da École. Ele raramente comparecia às reuniões da célula” (ERIBON, 1990, p. 66). E quando *As Palavras e as Coisas* (FOUCAULT, 2000) foi lançado, em 1966, ele foi considerado por muitos como o maior representante do estruturalismo francês. Mas não devemos esquecer que se Foucault freqüentava esse ambiente intelectual, ele também mantinha distância desses estruturalistas tão criticados pelos historiadores, chegando até a afirmar, em 1977: “Eu não vejo quem possa ser mais anti-estruturalista do que eu” (FOUCAULT, 2005c, p. 5).

De qualquer forma, mais do que enquadrá-lo em uma ou outra corrente do pensamento, é mais interessante perceber a sua especificidade por meio da leitura e do estudo de suas próprias obras. Tomá-lo como um estudioso que apaga as ações do sujeito e assassina a história e a liberdade seria uma atitude muito cômoda, pois aceitaríamos uma identidade já acabada do autor, que ainda circula entre certos grupos de historiadores marxistas e tradicionalistas, ameaçados com possíveis deslocamentos conceituais. Nesse caso, é fundamental prestar atenção às observações do próprio Foucault sobre a categoria de autor (FOUCAULT, 2001, p. 26-29, 2006a, 2005d).

Durval Muniz de Albuquerque trabalha com as complexidades suscitadas por esse debate, principalmente quando diferencia a concepção de experiência entre Foucault e Thompson. No texto “Experiência: uma fissura no silêncio” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007), ele destaca como ambos pertencem a diferentes tradições de pensamento e, também por isso, possuem formas de compreender a história muito diversas:

Para Thompson, a história é realista, ou seja, ela deve ser um discurso sobre o real, que o represente da forma mais próxima possível [...] Já para Foucault [...] Todo discurso, mesmo o historiográfico, é interessado, nasce de lutas políticas, de embates de poder, é presidido por estratégias e táticas, portanto, não é um discurso imune à ideologia, mas plenamente ideológico. (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007, p. 134-135).

Percebemos, com esse trecho, como Foucault considera os embates que permeiam a construção da própria história, mostrando que a busca objetiva pela sua reconstrução, à maneira como Thompson pretende, só pode integrar relações de dominação mais do que uma preocupação pura com o conhecimento, como a do historiador diante do seu objeto escolhido. Categorias como sujeito, liberdade e experiência, fundamentais ao pensamento thompsoniano, são problematizadas por Foucault, a ponto deste propor uma historicização constante desses conceitos.

Essa crítica de Thompson é relevante não apenas pelo debate direto daquele período, mas porque ela possui ecos até os dias de hoje na historiografia brasileira, apesar dos inúmeros trabalhos que destacam a especificidade e a importância dos trabalhos de Foucault e que rebatem essas argumentações<sup>2</sup>.

Uma outra interpretação de *Vigiar e Punir* é a que realiza Michel de Certeau (1996, p. 41-42), em *A invenção do cotidiano*. O livro, escrito em 1980, destaca a originalidade da análise de Foucault, afirmando que ela substitui o estudo dos aparelhos localizáveis que exercem o poder, como instituições repressivas que estão localizadas no âmbito da lei, pelo de procedimentos “minúsculos” que se redistribuem e atuam em todo o espaço social. Mas ele também aponta um suposto problema: o de que o livro enfatiza somente os mecanismos de dominação, e não presta atenção nas respostas que foram dadas à disciplina, e afirma: essa



“microfísica do poder’ privilegia o aparelho produtor da disciplina” (CERTEAU, 1996, p. 41). A crítica certamente revela um silenciamento em relação a momentos da obra de Foucault, que serão comentados posteriormente, em que este insiste que o poder não existe sem a resistência.

Para Certeau, ao invés de privilegiar as tecnologias mudas que “curto-circuitam” as encenações institucionais em uma rede de vigilância, é mais urgente descobrir como uma sociedade não se reduz a ela. Desse modo, ele procura encontrar os mecanismos populares que, ao jogarem com as práticas disciplinares, altera-as de forma substancial. Daí a pergunta que norteia o seu livro: “que ‘maneiras de fazer’ formam a contrapartida, do lado dos consumidores (ou ‘dominados’?) dos processos mudos que organizam a ordenação sócio-política” (CERTEAU, 1996). O estudo dessas “maneiras de fazer”, assim, estaria propondo questões análogas e contrárias às abordadas em *Vigiar e Punir*:

[...] análogas, porque se trata de distinguir operações quase microbianas que proliferam no seio das estruturas tecnocráticas e alteram o seu funcionamento por uma multiplicidade de “táticas” articuladas sobre “os detalhes” do cotidiano; contrárias, por não se tratar mais de precisar como a violência da ordem se transforma em tecnologia disciplinar, mas de exumar as formas sub-reptícias que são assumidas pela criatividade dispersa, tática e bricoladora dos grupos ou dos indivíduos presos agora nas redes da “vigilância”. Esses modos de proceder e essas astúcias de consumidores compõem, no limite, a rede de uma antidisciplina, que é o tema deste livro. (CERTEAU, 1996, p. 41-42).

Essa observação liga-se diretamente às críticas de Léonard a Foucault, principalmente quando ele trata do método empregado em *Vigiar e Punir*. Para ele, seria difícil entender se o livro “descreve uma maquinaria ou se ele denuncia uma maquinação” (LÉONARD, 1980, p. 14). Isso porque a escrita de Foucault apresenta uma grande quantidade de verbos pronominais ou reflexivos seguidos das expressões “poder”, “estratégia”, “tática”, “técnica”, e, dessa maneira, ele não demonstraria quem são os autores das suas ações. Para Léonard, o fato da palavra “mecânica” ser utilizada para caracterizar as relações de poder confirmaria uma explicação mecanicista. Ao ler o livro, assim, seríamos jogados em um mundo kafkaniano, diz esse autor.

Ele reserva, ainda, a mesma reticência à expressão “batalha”, ao se perguntar: “Batalha de quem contra quem? Da burguesia contra o povo? De Satã contra o Anjo?” (LÉONARD, 1980, p. 15). É somente em um artigo, escrito por Foucault, no jornal *Le Monde*, de 1975, que Léonard encontra essa estratégia explicitamente definida: é a burguesia que produziria essa dominação. Ele, além disso, duvida dessa suposta vitória que apareceria no final do livro com o “continuum carcerário”, e pergunta: “Disciplinados, verdadeiramente, o povo francês do século XIX? Como então explicar as revoltas, insurreições, revoluções, as doutrinas subversivas, o romantismo?” (LÉONARD, 1980, p. 16). A sua conclusão revelaria uma grande diferença entre a visão dos historiadores e a de Foucault: “O século XIX dos historiadores não é um mecanismo de submissão, nem um complô maquiavélico, mas uma junção de lutas políticas e sociais articuladas” (LÉONARD, 1980).

Acompanhar a resposta de Foucault a essas críticas é fundamental, principalmente porque mostra as diversidades, senão entre filósofos e historiadores, como quer Léonard, mas entre duas formas diferenciadas de utilizar a história. Sobre o modo de estudar os períodos históricos, ele aponta uma diferença entre o seu procedimento e o cobrado por Léonard: a que se impõe “entre a análise de um problema e o estudo de um período” (FOUCAULT, 2006b, p. 324). Ele mostra, ironicamente, as especificidades que seu trabalho comporta:

Nessas condições, a questão a ser formulada para um tal trabalho não é: a Grande Revolução foi convenientemente honrada? As divisões foram de fato iguais entre os séculos XVIII e XIX? Os especialistas de cada período, tal como crianças bochechudas que se acotovelam em torno de um bolo de aniversário, foram equitativamente tratados? (FOUCAULT, 2006b, p. 325).



São, portanto, duas propostas de estudo muito diversas: a primeira delas deseja estudar um dado período e, para isso, seria essencial o tratamento exaustivo de todo o material, assim como um exame detalhado que reparta igualmente a cronologia. Para a segunda, o principal objetivo é atentar para um problema que surge em um dado momento, bem ao modo da genealogia. A realização desse trabalho, dessa maneira, dependeria de outros parâmetros: escolher o material em função dos dados do problema; focalizar a análise sobre os elementos que possam ajudar a resolvê-lo; e estabelecer as relações que permitem essa resolução. Como Foucault opta pela segunda proposta, ele pode reservar uma certa “indiferença para com a obrigação de tudo dizer, mesmo para satisfazer o júri dos especialistas convocados” (FOUCAULT, 2006b).

Por isso, para resolver o problema que ele propõe em *Vigiar e Punir*, era mais importante estudar o desenvolvimento das práticas de adiestramento e de vigilância, nas escolas do século XVIII, do que os efeitos da lei de 1832 sobre a aplicação da pena de morte. As cobranças, assim, não prestam atenção à especificidade do método e dos objetivos propostos pelo livro. Foucault destaca essa incompreensão: “Só se podem denunciar as ‘ausências’ em uma análise quando se compreendeu o princípio das presenças que nela figuram” (FOUCAULT, 2006b).

Para ele, portanto, esses diálogos são fundamentais para discutir as diferenças de procedimentos, muito mais do que para apontar o modo correto de analisar um problema ou um período histórico. Não se trata, então, de uma disputa entre duas áreas de conhecimento – Filosofia e História – para ver quem consegue utilizar a história e o passado de modo mais correto e total. Segundo ele, conversas como essas “[...] poderiam permitir não um ‘encontro interdisciplinar’ entre ‘historiadores’ e ‘filósofos’, mas um trabalho em comum de pessoas que buscam se ‘des-disciplinarizar’” (FOUCAULT, 2006b, p. 334).

Além disso, há também diferenças importantes entre um estudo que pretende fazer a sociologia histórica dos delinqüentes, através da reconstituição da vida cotidiana dos detentos e de suas revoltas, e aquele que tem como objetivo fazer a “[...] história da racionalidade de uma prática” (FOUCAULT, 2006b, p. 329). Para Foucault, ambos são válidos. Ele, desse modo, problematiza a pretensão de um trabalho que deseja dar conta de todas as instâncias possíveis de análise. Por isso, pressupor que a sociedade seria a única realidade a ser estudada não revela a totalidade do século XIX, mas apenas um olhar sobre ele. O real, assim, não se resume ao social, como ele defende:

É preciso desmistificar a instância global *do* real como totalidade a ser restituída. Não há “o” real do qual se iria ao encontro sob a condição de falar de tudo ou de certas coisas mais “reais” que outras, e que falharíamos, em benefícios de abstrações inconsistentes, se nos restringíssemos a fazer aparecer outros elementos e outras relações. Seria preciso, talvez, interrogar também o princípio, com frequência implicitamente admitido, de que a única *realidade* a que a história deveria aspirar é a própria *sociedade*. Um tipo de racionalidade, uma maneira de pensar, um programa, uma técnica, um conjunto de esforços racionais e coordenados, objetivos definidos e perseguidos, instrumentos para alcançá-lo etc., tudo isso é algo do real, mesmo se isso não pretende ser a própria “realidade”, nem “a” sociedade inteira. E a gênese dessa realidade, do momento em que nela fazemos intervir os elementos pertinentes, é perfeitamente legítima. (IDEM)<sup>3</sup>.

Foucault também discorda de que seu livro afirme que a sociedade francesa do século XIX foi inteiramente normalizada. O estudo do caráter mecânico dos dispositivos de poder é o objeto de análise de *Vigiar e Punir*, e não a sua tese. Sociedade disciplinar, portanto, é muito diferente de sociedade disciplinada. Sobre essa confusão, ele ressalta:

Estudar a maneira como se quis racionalizar o poder, como se concebeu, no século XVIII, uma nova “economia” das relações de poder, mostrar o papel importante que nele ocupou o tema da máquina, do olhar, da vigilância, da transparência etc., não é dizer nem que o poder é uma máquina, nem que tal idéia nasceu maquiavelmente. (FOUCAULT, 2006b, p. 332-333).



Diante de todas essas discussões, poderíamos perguntar: por que a análise de Foucault provocou tantas irritações e incompreensões, a ponto de Léonard dizer que o século XIX dos historiadores é diverso do traçado pelo filósofo? Muitos deles acusaram-no de mecanicista, estrutural e esquemático. Mesmo que hoje se avalie a inocuidade desse debate, que mais revela um medo diante de modos de pensar diferentes, subversivos e questionadores dos regimes de verdade estabelecidos, vale citar a passagem, em que Foucault responde a essas acusações:

Irritados [os historiadores] com quê? Com um esquema? Não acho, pois, justamente, não há “esquema”. Nada que se pareça com um esquema como infra e super estrutura do ciclo malthusiano, ou oposição entre sociedade civil e Estado: nenhum desses esquemas que garantem, explícita ou implicitamente, as operações comuns dos historiadores há 50, 100 ou 150 anos. (FOUCAULT, 2006b, p. 350).

Segundo Eribon (1990, p. 254), ele sempre realizou pessoalmente as investigações históricas com as quais os seus livros se deparavam, como as da coleção da *História da Sexualidade*, por exemplo. Foucault era um conhecido “rato de biblioteca”. Ele não se limitava a ler os trabalhos já escritos sobre um certo tema ou um certo período, mas verificava as informações históricas com as suas próprias pesquisas. Essa atitude foi uma das grandes rupturas produzidas no pensamento filosófico. É o próprio Foucault que comenta sobre essa questão:

Durante muito tempo a reflexão retórica ou “especulativa” teve com a história um relacionamento distante e talvez um pouco altivo. Procurava-se nas obras históricas, em geral de boa qualidade, um material considerado bruto e, portanto, “exato”; e então bastava refletir sobre ele para lhe dar mais sentido e uma verdade que esse material por si mesmo não possuía. O livre uso do trabalho alheio era uma prática admitida [...] Parece que as coisas mudaram [...] De qualquer modo [...] Tínhamos de pesquisar por nós mesmos, para definir e abordar o assunto como objeto histórico. Era o único meio de dar um conteúdo real à reflexão sobre nós mesmos, sobre nosso pensamento, sobre nossos comportamentos. Inversamente era uma forma de não ser, sem o saber, prisioneiros dos postulados implícitos da história. Era uma forma de dar à reflexão novos objetos históricos... Não era mais uma reflexão sobre a história, e sim uma reflexão na história. Um modo de fazer o pensamento passar pela prova do trabalho histórico; um modo também de submeter o trabalho histórico à prova de uma transformação dos quadros conceituais e teórico. (ERIBON, 1990, p. 254-255).

É a partir dessa passagem que Eribon (1990, p. 255) escreve: “Os historiadores reagem de maneiras bem diversas às incursões de Foucault em seu território: do entusiasmo de uns ao ceticismo de outros, do trabalho em comum à rejeição categórica”. Dentre os historiadores que defendem essas incursões está Paul Veyne, com o seu importante defesa “Foucault revoluciona a História” (VEYNE, 1995). Nesse texto, ele explicita que a preocupação principal do filósofo não é a estrutura, nem o corte e nem o discurso, mas a raridade. Isso porque os fatos históricos são raros e arbitrários. Mas eles são muito evidentes aos contemporâneos e, assim, aparecem de modo tão natural aos seus olhos, ou até mesmo aos próprios historiadores, que nem sequer são percebidos (VEYNE, 1995, p. 151-152).

A grande contribuição de Foucault é a problematização desses objetos naturais<sup>4</sup>, apontando as práticas que o constituíram em um momento histórico específico. Ao contrário, muitos historiadores esquecem-se das práticas para somente ver os objetos que estão reificados no nosso presente (VEYNE, 1995, p. 154). Sobre isso, Veyne afirma:

Os objetos parecem determinar nossa conduta, mas, primeiramente, nossa prática determina esses objetos. Portanto, partamos, antes, dessa própria prática, de tal modo que o objeto ao qual ela se aplique só seja o que é relativamente a ela [...] O objeto não é senão o correlato da prática. (VEYNE, 1995, p. 159).

Foucault, além dessa relação positiva com Veyne, manifestou sua admiração pela Escola dos *Annales*<sup>5</sup>. Desde a introdução de *A Arqueologia do Saber* (FOUCAULT, 1995), ele demonstrava esse interesse por rupturas conceituais produzidas por estudos históricos como os de Marc Bloch, Lucien Febvre, Fernand



Braudel, François Furet e Le Roy Ladurie (FOUCAULT, 2005b, p. 62 e 146). Ele indica as cinco principais novidades trazidas pelos livros desses autores: o problema da periodização; a questão dos acontecimentos e suas descontinuidades; a quebra da oposição entre a história e as Ciências Humanas, pois a análise da primeira empresta muitos procedimentos da etnologia ou da sociologia; a introdução na história de outras relações, para além da ligação universal da causalidade; e, finalmente, a problemática da documentação (FOUCAULT, 2005b, p. 63-64)<sup>6</sup>, que também foi descrita por ele na *Arqueologia do Saber*, quando tratou dos documentos e dos monumentos (FOUCAULT, 1995, p. 7).

O próprio Léonard, mesmo após criticar duramente o filósofo, considera *Vigiar e Punir* um livro fundamental para os profissionais da história. Primeiramente, pelo estilo original de escrita. Um grande exemplo disso é o modo como ele utiliza certos documentos que não são considerados integrantes dos “grandes textos”: são fontes mais “humildes”, ou até mesmo manuscritas (LÉONARD, 1980, p. 17). Nesse caso, estão as descrições do suplício de Damiens e a da cadeira dos forçados. Foucault, ainda, trabalha figuras históricas muito diversas: de Michelet ao caso do prisioneiro Lacenaire. Ele, assim, não hierarquiza os diferentes documentos e personagens que compõem o livro. Além disso, utiliza uma documentação pouco conhecida ou sequer citada pelos especialistas, como o projeto de prisão do inglês Jeremy Bentham (2000): o Panóptico.

A segunda contribuição atribuída por Léonard é a relevância das idéias laterais suscitadas pela obra, as quais muitas vezes não são exploradas a fundo pelo autor, e que se apresentam como sugestões de novos temas de pesquisa para os historiadores. Como a história do detalhe, que perpassa tanto as instituições disciplinares, como as escolas, os hospitais, as prisões e as fábricas, quanto as políticas do governo de Napoleão. Nesse sentido, *Vigiar e Punir* sugere novas temáticas como a história da ciência e de suas técnicas minuciosas, das instituições judiciárias ou educativas, do exame, da relação entre o saber e o poder, e mesmo do próprio corpo humano.

Juntando-se a isso, o livro incita-nos contra uma história-mosaico, produzida em compartimentos, e incentiva-nos a aproximações interdisciplinares entre a história “clássica” e a das ciências, das técnicas e das idéias. Outra característica destacada é que Foucault desenvolveria, apesar da sua forte ligação com Nietzsche, uma matriz dialética que o faria transcender os esquemas explicativos habituais, tanto os marxistas quanto os estruturalistas<sup>7</sup>. Dois casos são importantes para entender esse procedimento: ele não idealiza o Antigo Regime, e chama a atenção para a ambigüidade das “Luzes”, obrigando-nos a perguntar se “os ‘pequenos procedimentos da disciplina’ não diminuem, na prática, os direitos ‘imprescritíveis’ do cidadão?” (LÉONARD, 1980, p. 20).

A noção de poder também é apontada como uma das grandes inovações trazidas pelo filósofo para a história, como a da medicina, por exemplo. Além disso, Léonard trata do aspecto político que a palavra “poder” designa para Foucault, alinhando-o aos seguintes pensadores:

O autor de *Vigiar e Punir* se inscreve em uma linhagem de pensadores políticos individualistas que criticam firmemente esta noção [de poder]. Não seria difícil de encontrar os precursores dele [Foucault] nos anarquistas do século XIX que se entregam à denúncia intransigente de quase todos os poderes: estatal, militar, policial, judicial, clerical, médico, magistral, patronal, paternal, colonial. (LÉONARD, 1980, p. 22).

Não haveria, porém, uma simples volta a essas concepções (dialéticas e individualistas), mas um aprofundamento dessas questões. Desse modo, o poder do Estado, no singular, que certos marxistas reduzem a uma superestrutura de um modo de produção, que exprime, na lei, a Ideologia e, às vezes, a repressão, encontrar-se-ia relativizado, colocado em relação com outros poderes, no plural. Ele exploraria, então, a diversidade dessas relações de poder, suas contradições eventuais e seus rangidos desordenados.



Nesse momento, Foucault se afastaria da “tentação estruturalista”, principalmente se prestarmos atenção a um trecho específico do texto “Nietzsche, a Genealogia e a História” sobre as relações de forças (FOUCAULT, 2005e)<sup>8</sup>. Deste, Léonard sublinha a seguinte noção: as forças que estão em jogo na história obedecem ao acaso da luta, e não a uma destinação ou a uma mecânica. Tal trecho também permite que ele entenda, finalmente, o significado da expressão “batalha”. Apesar disso, essa passagem nem sempre seria claramente ilustrada pelos trabalhos de Foucault (LÉONARD, 1980, p. 24).

Ora, uma leitura atenta de *Vigiar e Punir* confirma exatamente o contrário dessa posição. Podemos dizer que ele está repleto de lutas e de conflitos que desestabilizam os poderes disciplinares e a própria prisão. Como não prestar atenção à luta entre o poder do soberano e a “multidão” no Antigo Regime, ao conflito entre os três modos de punição que concorrem no final do século XVIII<sup>9</sup>, e ao embate entre o sistema carcerário e os partidários de Fourier?<sup>10</sup> O destaque dado a essas lutas instáveis animam toda a construção de *Vigiar e Punir*.

Outra questão fundamental é destacar um dos propósitos mais marcantes da genealogia: a insurreição dos saberes sujeitados, que permeiam todo o livro, seja pela atenção dada a uma documentação pouco utilizada, ou pelos destaques reservados à fala de uma criança no interrogatório policial e a um depoimento anônimo publicado no jornal fourierista *La Phalange*. Não há como, portanto, ao ler *Vigiar e Punir*, ignorar a seguinte frase de Foucault escrita em *A Vontade de Saber*: “lá onde há poder há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder” (FOUCAULT, 2005f, p. 91). Essa noção também está presente, a título de exemplo, em textos como o já citado “Nietzsche, a Genealogia e a História”, os cursos reunidos no livro *Em Defesa da Sociedade* (FOUCAULT, 1999), “A vida dos homens infames” (FOUCAULT, 2006c), etc. Márcio Fonseca define a genealogia a partir dessa revolta dos “saberes sujeitados”:

É ao estudo desses saberes sujeitados, desse saber histórico das lutas, que Foucault chama de genealogia. O método genealógico poderia, assim, ser entendido como uma “anti-ciência”, na medida em que faria aparecer saberes desqualificados, descontínuos, locais e não-legitimados frente a qualquer instância teórica que atuaria sobre eles, ordenando, filtrando e hierarquizando-os em nome dos “direitos” de uma ciência. As genealogias realizariam, propriamente, a insurreição dos saberes sujeitados como parte de uma estratégia de poder. Longe de ser apenas um procedimento teórico-metodológico, seria também uma estratégia engajada de poder. (FONSECA, 2002, p. 100-101).

Mesmo que o texto de Léonard e o de Thompson sejam muito próximos à publicação do livro de Foucault, e apesar dos trabalhos realizados posteriormente divergirem drasticamente dessas visões<sup>11</sup>, não se pode negar que o efeito dessas críticas foi muito forte na historiografia dominante, e podemos ainda senti-lo. O debate se repõe incessante e monotonamente. O próprio texto de Certeau também produz uma permanência dessa posição em outros espaços, como no da História da Educação ou em alguns territórios da chamada História Cultural.

A ausência das resistências é assinalada até mesmo pelos textos que pretendem tratar das contribuições de Foucault, em *Vigiar e Punir*, para a História. Esse é o caso do trabalho de Mark Poster, para quem alguns estudos “corrigiram” a noção de “passividade dos prisioneiros” deixada no livro (POSTER, 1984, p. 11-12)<sup>12</sup>. Ora, nesse caso, não deveríamos falar em “correção”, mas perceber como noções diversas de história, de resistência e de liberdade produzem pesquisas muito diferentes. Por essa razão, também são comuns os desentendimentos e as incompreensões sobre o tema, a tese, o objeto e a proposta da obra.

O resgate da resistência pela história, sem sequer problematizar essa tarefa, ocupa um lugar teórico comum nas Ciências Humanas. Foucault se opõe, em muitos momentos, a esse procedimento, e de inúmeras formas, seja com a sua crítica ao humanismo, com o seu ceticismo em relação à história das esquerdas, ou com a



sua compreensão nominalista da história e de seus conceitos, como bem destacou Rajchman (1987, p. 47). Ao comentar certas críticas a Foucault, em relação ao papel da liberdade em *Vigiar e Punir*, ele afirma:

Talvez uma razão para tais interpretações errôneas esteja em que a *espécie* de liberdade que interessava a Foucault era inteiramente diversa da procurada por esses dois eminentes autores [Clifford Geertz e Edward Thompson] – não uma liberdade de *direitos* protegidos, ou da boa *vontade* que os cavalheiros manifestam quando concordam em combater o mal. Foucault tomou uma idéia de liberdade para uma perspectiva intelectual e histórica diferente. (RAJCHMAN, 1987).

Ele ainda ressalta como, através de uma filosofia crítica, a liberdade não é para Foucault um ideal que devemos tornar prático, pois “Ela já é prática; na verdade extremamente concreta” (RAJCHMAN, 1987, p. 81). A resistência está mais na relutância em obedecer, na recusa em nos ajustarmos a práticas que nos regem, do que em uma suposta autonomia ou capacidade de determinar ações de acordo com regras que devemos racionalmente aceitar. Nada que abarque o universal ou o transcendental, mas a imprevisibilidade. Aqui estaria a revolta da filosofia de Foucault, na recusa dessa liberdade tão cobrada por certos críticos. Nesse sentido, Rajchman (1987) escreve sobre a especificidade do pensamento do filósofo francês:

Foucault pensa que a liberdade não deve ser analisada como uma forma ideal de vida, tal como a dominação não deve ser analisada como o que impede a realização de tal vida. Assim, a sua crítica destina-se a aguçar a revolta mas não a instituir uma nova sociedade.

É também, nessa direção, que Paulo Vaz (1992, p. 119-120) caracteriza a noção de liberdade do autor:

[...] a liberdade em Foucault não se coaduna à esperança de um mundo melhor, pois supõe que a todo instante novos problemas surgem e que, assim, incessantemente, devemos lutar; o objetivo de sua história não é o de nos oferecer alternativas, nem o de fazer belas profecias.

Percebemos, portanto, que o seu uso da história forma uma concepção particular de pensamento que desconstrói e desestabiliza as idéias de universal, natureza, essência e necessidade. Foucault não está preocupado em reproduzir uma herança, ou resgatar uma tradição, mas em problematizar o nosso presente através de sua genealogia. Daí a importância da história. Está já não é mais uma grande narrativa na qual devemos enquadrar nossa maneira de pensar. Podemos afirmar que essa postura filosófica singular deriva principalmente do uso que Foucault fez do pensamento de Nietzsche. Foi a genealogia que possibilitou a ele trabalhar diferentemente com as concepções de liberdade e de poder, instâncias que estão intrinsecamente ligadas. Sobre esse tema, Rajchman (1987, p. 101-102) afirma:

[...] a genealogia introduz o problema de como, aos tornarmos-nos constituídos como sujeitos, passamos a estar *sujeitados* dentro de uma configuração de práticas. E, por conseguinte, ao mesmo tempo, introduz a política da *liberdade* de que também gozamos para criticar essas mesmas práticas. A “gaia ciência” é a crítica que nominaliza e, portanto, nos liberta de formas de experiência apresentadas como universais, naturais ou, de algum modo, “fundamentadas”.

Assim, é fundamental atentar para o par política e liberdade, para entendermos tanto a produção do livro *Vigiar e Punir*, quanto as táticas políticas nas quais ele está inserido. A liberdade, assim, é muito presente nos trabalhos de Foucault, como defende Rajchman (1987, p. 104). O próprio uso específico da história demonstra essa questão, principalmente quando ele problematiza a noção de sujeito, por exemplo. O seu objetivo é fazer uma filosofia que nos liberte de nossa experiência, mais do que resgatá-la em sua essência e em sua realidade totalizante. Não há, portanto, um projeto de libertação finalista e acabado, ou assegurado por determinadas regras de existência, pois sua concepção de liberdade reside na possibilidade constante de mudança. Dessa forma: “[...] a nossa liberdade real é política, embora nunca seja finalizável, legislável ou tenha raízes em nossa natureza” (RAJCHMAN, 1987). Toda essa prática filosófica tem como seu principal objetivo fazer um uso libertário da história (RAGO, 2002).



É fundamental ler *Vigiar e Punir* e as chamadas “sociedades de soberania” e “sociedade disciplinar”, a partir de relações de força que se movimentam e modificam-se incessantemente, comportando possibilidades de lutas e reversões infinitas. Nesse sentido, atentar para o tratamento dado por Foucault à presença da multidão no ritual público dos suplícios no Antigo Regime, como para a relevância reservada ao grupo fourierista francês *La Phalange*, na discussão da delinquência no começo do século XIX, é tão importante para a compreensão de *Vigiar e Punir* quanto prestar atenção em uma das noções mais comentadas do livro, a de disciplina.

## NOTAS

1. Há também, nesse título, uma referência clara à discussão de PROUDHON (2003) com KARL MARX (2009), nas respectivas obras: *Sistema das Contradições Econômicas ou Filosofia da Miséria* (1846) e *Miséria da Filosofia* (1847).
2. Como exemplo cito, entre os historiadores brasileiros, os trabalhos de MARGARETH RAGO (1993, 2002).
3. Para PETER BURKE (1991), essa seria a grande contribuição de Foucault para a Escola dos *Annales*.
4. Trato dessa questão ao analisar como Foucault tematiza a produção da delinquência em: VIEIRA (2006, p. 67-73).
5. JOHN RAJCHMAN (1987, p. 48) destaca essa ligação de Foucault com a Escola dos *Annales*, definindo-a da seguinte forma: “A ‘nova história’ identificada com a revista *Annales*, a qual tentou sepultar a narrativa ‘batalha-tratado’, suplantando-a com uma ampla história social que reconstituiria as continuidades seculares, de maneira algo quantitativa, em última instância, abrindo assim novas áreas e novas espécies de fontes (Foucault diz novas espécies de *eventos*)”.
6. Sobre as mudanças no campo da historiografia, FOUCAULT (2005b, p. 290-295) também ressalta a história serial francesa.
7. Léonard afirma: « *Comme les marxistes*, il comprend que, pour découvrir les secrets d’une société, il vaut mieux se placer du côté de ses victimes. Mais, refusant de privilégier les forces économiques, il réhabilite l’autre élément du matérialisme, le *corps*; ne considérant pas l’idéologie comme une superstructure, il la voit à tous les niveaux; dans le *corps*, s’abolit l’opposition trop commode du haut et du bas, et s’échangent les bons et les mauvais procédés du pouvoir et du savoir. *Comme les structuralistes*, il estime que des mécanismes dont les hommes n’ont pas conscience organisent leurs rapports à leur insu; mais il n’est pas dupe de cette innocence, et il sait valoriser constamment les innovations, la dimension temporelle, la genèse, ou ‘*généalogie*’ ». (LÉONARD, 1980, p. 19).
8. O trecho citado é o seguinte: “As forças que se encontram em jogo na história não obedecem nem a uma destinação, nem a uma mecânica, mas ao acaso da luta. Elas não se manifestam como formas sucessivas de uma intenção primordial; como também não têm o aspecto de um resultado. Elas aparecem sempre na álea singular do acontecimento”. (FOUCAULT, 2005e, p. 28).
9. Ver: VIEIRA (2008).
10. Consultar: VIEIRA (2016).
11. Podemos citar entre os historiadores franceses que destacam positivamente as contribuições de Foucault para a história: PERROT, EWALD e FARGE (1985); PERROT (2011); FARGE e FOUCAULT (1982); FARGE (1999); CORBIN (2008); CORBIN e COURTINE, VIGARELLO (2010); VEYNE (1985, 2001).
12. Ele escreve: “O’Brien’s history of prisons [...] responds to *Discipline and Punish* [...] The prisoners, in O’Brien’s account, were not an inert mass passively accepting the dictates of the new mode of domination [...] The impression left by *Discipline and Punish* of the passivity of prisoners faced with Panoptical regimentation must be corrected.

Of course, Foucault does not argue that the prisoners obeyed the guards. He says very little about the response of the prisoners to the new system of authority, since he is only concerned with the characteristics of the new technology of power. Nevertheless, O'Brien's construction of the culture of the prisoners as an active creation of resistance serves as a valuable corrective to Foucault's work". (POSTER, 1984, p. 11-12).

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. 2007. Experiência: uma fissura no silêncio. In: ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru: EDUSC. p. 133-147.
- BENTHAM, J. 2000. O panóptico ou a casa de inspeção. In: SILVA, T. T. (Ed.). *O panóptico*. Belo Horizonte: Autêntica.
- BURKE, P. 1991. Terceira geração. In: BURKE, P. *A Revolução Francesa na Historiografia: a Escola dos Annales (1929-1989)*. São Paulo: Editora Unesp.
- CERTEAU, M. 1996. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 2. ed. Petrópolis: Vozes.
- CORBIN, A. 2008. *L'harmonie des plaisirs: les manières de jouir du siècle des Lumières à l'avènement de la sexologie*. Paris: Perrin.
- CORBIN, A.; COURTINE, J.-J.; VIGARELLO, G. 2010. *História do corpo*. Petrópolis: Vozes. 3 v.
- ERIBON, D. 1990. *Michel Foucault: 1926-1984*. São Paulo: Companhia das Letras.
- FARGE, A.; FOUCAULT, M. 1982. *Le désordre des familles: lettres de cachet des archives de la Bastille au XVIIIe*. Paris: Gallimard.
- FARGE, A. 1999. *Lugares para a história*. Belo Horizonte: Autêntica.
- FONSECA, M. A. 2002. *Michel Foucault e o Direito*. São Paulo: Max Limonad.
- FOUCAULT, M. 1995. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- \_\_\_\_\_. 1999. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes.
- \_\_\_\_\_. 2000. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das Ciências Humanas*. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes.
- \_\_\_\_\_. 2001. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. 7. ed. São Paulo: Edições Loyola.
- \_\_\_\_\_. 2005a. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 30. ed. Rio de Janeiro: Vozes.
- \_\_\_\_\_. 2005b. Michel Foucault explica seu último livro. In: FOUCAULT, M. *Ditos e escritos II: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- \_\_\_\_\_. 2005c. Verdade e poder. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 21. ed. Rio de Janeiro: Graal.



- \_\_\_\_\_. 2005d. O filósofo mascarado. In: FOUCAULT, M. *Ditos e escritos II: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- \_\_\_\_\_. 2005e. Nietzsche, a genealogia e a história. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 21. ed. Rio de Janeiro: Graal.
- \_\_\_\_\_. 2005f. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. 16. ed. Rio de Janeiro: Graal.
- \_\_\_\_\_. 2006a. "O que é um autor". In: FOUCAULT, M. *O que é um autor?* Lisboa: Veja.
- \_\_\_\_\_. 2006b. A poeira e a nuvem. In: FOUCAULT, M. *Ditos e escritos IV: estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- \_\_\_\_\_. 2006c. A vida dos homens infames. In: FOUCAULT, M. *O que é um autor?* Lisboa: Veja.
- LÉONARD, J. 1980. L'historien et le philosophe: a propos de: surveiller et punir; naissance de la prison. In: PERROT, M. *L'impossible prison*. Paris: Seuil.
- MARX, K. 2009. *Miséria da Filosofia: resposta à filosofia da miséria do Sr. Proudhon*. São Paulo: Expressão Popular.
- PERROT, M. 2011. *História dos quartos*. São Paulo: Paz e Terra.
- PERROT, M.; EWALD, F.; FARGE, A. 1985. Une pratique de la vérité. FOUCAULT, M. *Michel Foucault: une histoire de la vérité*. Paris: Syros.
- POSTER, M. 1984. *Foucault, Marxism and history*. Cambridge: Polity Press.
- PROUDHON, J. 2003. *Sistema das contradições econômicas ou filosofia da miséria*. São Paulo: Ícone.
- RAGO, M. 1993. As marcas da pantera: Foucault para historiadores. *Revista Resgate*, São Paulo, n. 5.
- \_\_\_\_\_. 2002. Libertar a história. In: RAGO, M.; ORLANDI, L. B.; VEIGA-NETO, L. (Ed). *Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias Nietzscheanas*. Rio de Janeiro: D P& A.
- RAJCHMAN, J. 1987. *Foucault: a liberdade da filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar.
- THOMPSON, E. P. 1981. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar.
- VAZ, P. 1992. *Um pensamento infame: história e liberdade em Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Imago Editora.
- VEYNE, P. 1995. Foucault revoluciona a história. In: VEYNE, P. *Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história*. Brasília: Editora da UNB. p. 149-181.
- \_\_\_\_\_. 2001. Un archéologue sceptique. In: ERIBON, D. *L'infréquentable Michel Foucault: renouveaux de la pensée critique* [Actes du colloque Centre Georges-Pompidou, 21-22 juin 2000]. Paris: Epel.



VIEIRA, P. P. 2006. *Michel Foucault e a história genealógica em Vigiar e Punir*. Monografia (Iniciação Científica) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Monografia premiada no XIII Concurso de Monografias (2005) de alunos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

\_\_\_\_\_. 2008. *Pensar diferentemente a história: o olhar genealógico de Michel Foucault em Vigiar e Punir*. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

\_\_\_\_\_. 2016. Foucault e o grupo fourierista La Phalange. *Revista Ecpolítica*, v. 30, n. 14, p. 28-46.